

**DIÁLOGOS FEMINISTAS A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: POR
UMA CONCEPÇÃO UNITÁRIA DE CLASSE, GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE**

**DIÁLOGOS FEMINISTAS DESDE LA TEORÍA DE LA REPRODUCCIÓN SOCIAL:
HACIA UNA CONCEPCIÓN UNITARIA DE CLASE, GÉNERO, RAZA Y SEXUALIDAD**

**FEMINIST DIALOGUES FROM THE SOCIAL REPRODUCTION THEORY: TOWARDS
A UNITARY CONCEPTION OF CLASS, GENDER, RACE AND SEXUALITY**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v15i3.57580>

Carla Benitez Martins¹

Rayane Noronha Oliveira²

Resumo: O ensaio pretende realizar um diálogo entre feminismos e marxismo, a partir da Teoria da Reprodução Social. Para tanto, parte-se do materialismo histórico-dialético e das contribuições que o legado marxista oferece às lutas das mulheres, populações negras e LGBTQIAPN+. Aproximando-se das dimensões que envolvem a relação entre classe, gênero, sexualidade e raça, em tempos de manipulação das agendas pelo neoliberalismo, são propostas algumas reflexões que podem contribuir na unidade da luta contra o capital.

Palavras-chave: Teoria da Reprodução Social. Feminismo Marxista. Gênero. Raça. Sexualidade.

Resumen: El ensayo pretende realizar un diálogo entre feminismos y marxismo, a partir de la Teoría de la Reproducción Social. Para ello, partimos del materialismo histórico-dialéctico y de los aportes que el legado marxista ofrece a las luchas de las mujeres, poblaciones negras y LGBTQIAPN+. Abordando las dimensiones que involucran la relación entre clase, género, sexualidad y raza, en tiempos de manipulación de agenda por parte del neoliberalismo, se proponen algunas reflexiones que pueden contribuir a la unidad de la lucha contra el capital.

Palabras clave: Teoría de la reproducción social. Feminismo marxista. Género. Raza. Sexualidad.

Abstract: The essay aims to carry out a dialogue between feminisms and Marxism, based on the Social Reproduction Theory. To this end, we start from historical and dialectical materialism, along with the Marxist legacies that contribute to the struggles of women, black and LGBTQIAPN+ communities. Approaching the dimensions that involve the relationship between class, gender, sexuality, and race in times of neoliberal manipulation of agendas, we propose reflections that can contribute to unity in the struggle against capital.

Keywords: Social Reproduction Theory. Marxist Feminism. Gender. Race. Sexuality.

Introdução

Gerações de intelectuais, ativistas e lutadoras sociais buscam unir teoria e prática ao imprimir uma compreensão radical e antissistêmica ao enfrentamento das opressões. Este texto reverencia todos esses esforços e propõe realizar uma síntese de alguns desses importantes diálogos, embates feministas e revolucionários, percebendo suas potências e limites, e apresentando a aposta de que os pilares teóricos e de método da Teoria da Reprodução Social (TRS) podem ser fundamentais para superação de ambivalências e binarismos que tanto marcaram a história da luta feminista e da classe trabalhadora.

Lidar com a imprescindibilidade do combate teórico e político que se apresenta, de um lado, por meio do dogmatismo marxista e, de outro, da fragmentação reivindicativa para tratar das relações sociais de gênero, classe, raça e sexualidade, não é tarefa a se desenvolver em terreno sólido e pacífico, nem ontem nem hoje. Para refletir sobre o tema, longe de pretender um resgate histórico da luta das mulheres e da possibilidade de apreender todas as suas vertentes, são traçados os principais impactos de formulações teóricas e práticas a apontar aproximações e distâncias (por vezes, rupturas) entre o sentido das lutas feministas e socialistas para a transcendência positiva da ordem do capital.

Primeiramente, um breve histórico dessas aproximações entre feminismo e marxismo a partir da classificação de ideias, por Cinzia Arruzza, da *classe sem o gênero*, o *gênero como classe* e o *gênero sem classe*. Em seguida, é analisado um clássico debate entre Judith Butler e Nancy Fraser sobre o que constitui os âmbitos econômico e cultural e as pautas e agendas de supostas lutas por reconhecimento e redistribuição, navegando nas águas turbulentas da reflexão sobre o caráter estrutural das opressões no capitalismo, especialmente as vacilações quanto àquelas atinentes à sexualidade.

Com esse panorama, o texto propõe apresentar a concepção do capital como relação social, desde uma perspectiva dialética de totalidade social, que se mostra a bússola orientadora da visão de mundo que orienta a TRS. Esse entendimento está presente na breve apresentação dos limites analíticos das ideias interseccionais.

Consolidada essa base, o texto avança para um histórico debate sobre o trabalho doméstico e uma caracterização do que constitui a reprodução social, destacando o pensamento de Lise Vogel como capaz de superar alguns dilemas de sua época, estabelecendo as principais orientações teóricas do que se apresentará, nos anos 2000, como o campo da TRS. Retoma-se então o debate aberto na seção sobre o diálogo Butler-Fraser quanto ao caráter estruturante ou não da heterossexualidade compulsória, que se deu desde a conceituação do capitalismo cisheteropatriarcal, desenvolvida por Rayane Noronha Oliveira.

O objetivo das reflexões desenvolvidas neste artigo é contribuir, de algum modo, para o mais acertado enfrentamento teórico e político das opressões e exploração que se agudizam na etapa neoliberal do capitalismo.

O econômico e o “meramente cultural”: debates feministas e socialistas

As mulheres burguesas e as trabalhadoras apresentaram algumas uniões e muitos distanciamentos ao longo de suas mobilizações históricas, desde o século XIX. A questão também se deu, em proporções diferentes, entre brancas e negras, com diferentes orientações sexuais e identidades de gênero. Importante contribuição nesse sentido é realizada por Cinzia Arruzza, ao analisar as convergências (ou *casamentos*) e divergências (ou *divórcios*) entre os marxismos e os feminismos, assumindo as estratégias de luta substancialmente alteradas na processualidade histórica do desenvolvimento das relações sociais capitalistas ante o Estado Democrático Liberal de Direito, que emerge da garantia formal à igualdade entre pessoas, mas, ainda assim, se evidencia como uma democracia inacabada ou inconclusa quando referenciadas todas as pessoas não homens, brancos, proprietários, cis e heterossexuais.

Em cada lugar do globo e em cada contexto conjuntural, materializa-se uma possibilidade maior ou menor de diálogo entre mulheres de distintas classes sociais, bem como entre a *pauta geral* da classe trabalhadora e as reivindicações feministas. Com o processo de industrialização e modernização econômica, as mulheres trabalhadoras passaram a participar mais ativamente nas organizações da classe e os dilemas foram se multiplicando: o feminismo pautado no plano individual não era suficiente e, ao mesmo tempo, os desafios de compor organizações mistas eram transbordantes. Algo muito similar aconteceu com a organização das mulheres negras e das mulheres brancas, não sem atritos, sobretudo quando se constata que as mulheres negras, em sua grande maioria, constituem a classe trabalhadora, revelando contradições e tensões em torno de pautas políticas que muitos segmentos do feminismo consideravam universal, como a luta pelo direito ao trabalho. Sabe-se que as mulheres negras historicamente ocupam espaços de trabalho, antes das mulheres brancas, com o agravante de trabalhos escravizados e, posteriormente, superexplorados. O caso das trabalhadoras domésticas no Brasil é a aparente síntese dessa complexidade histórica.

No espectro de uma história mais reconhecida da luta de classes, pode-se dizer que uma batalha histórica a apontar sinais reluzentes do encontro das lutas feministas e socialistas foram os dois meses da Comuna de Paris, a demonstrar que o tensionamento material e a transformação da realidade eram capazes de provocar rupturas significativas. Nesse sentido, como importantes exemplos existiu a experiência da União das Mulheres para a Defesa de Paris e Tratamento dos Feridos, uma organização que “[...] foi fundada inicialmente para desenvolver tarefas de assistência, mas rapidamente começou a atuar muito além desses limites. No seu seio, tiveram um papel determinante as mulheres que aderiram à Primeira Internacional” (ARRUZZA, 2010, p. 33), somada a outras iniciativas, como a escola feminina e profissional para o acesso das mulheres à formação, abertura de creches próximas às indústrias, locais de trabalhos que contratavam exclusivamente mulheres, discussões sobre igualdade salarial e comitês de vigilância feminina nos bairros. A construção de poder popular chacoalhava progressivamente as instituições sociais, a hierarquizar gêneros e oprimir mulheres. Um classicídio

posterior acontece, mas uma importante lição histórica da dialética entre essas dimensões da luta por outra sociedade permanece.

Desde então, ocorre importante etapa de consolidação da auto-organização das mulheres trabalhadoras, contando com importantes momentos, como a 1ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1907, e, em 1910, a 2ª Conferência, em paralelo ao VII Congresso da Internacional Socialista, em que se define o dia Internacional da Mulher, não fixado à época. Em 27 de fevereiro de 1917, 8 de março para os demais calendários, as mulheres russas saem às ruas por pão e paz, puxando toda a classe para um processo revolucionário. A luz se torna ainda mais forte para a percepção da dialética entre essas lutas.

Muitas teorias e práticas feministas evidenciaram que nas relações de gênero, classe, raça e sexualidade revelam-se dimensões de exploração, dominação e opressão, estruturantes da ordem do capital. Um programa político que potencialize as possibilidades de ruptura dessas dimensões significa um caminho de diferenças de concepções e práticas.

Ainda que com contradições e limites, a experiência russa soviética foi a mais radicalizada que as mulheres coletivamente vivenciaram, em termos de acesso a direitos, rupturas com estruturas patriarcais (relacionadas à família e à sexualidade), socialização do trabalho doméstico, direitos sexuais e reprodutivos etc. Entre todos os desafios e contradições da história das mulheres trabalhadoras em meio a suas lutas na classe, “a burocratização da União Soviética e a afirmação do stalinismo marcaram o primeiro divórcio verdadeiro entre o movimento operário e os interesses e as necessidades específicas das mulheres” (ARRUZZA, 2010, p. 67), pensamento que converge para as ideias aqui defendidas.

Com o processo de burocratização, intensificado após a morte de Lênin, todas as estruturas institucionais da Rússia com funcionamento autônomo, como era o secretariado feminino, foram neutralizadas, sob o argumento de que dividiam a classe. Daí é só descida da ladeira, com a criminalização do aborto e da homossexualidade (esta última considerada crime até 1993) e taxaço do divórcio.

Entretanto, entende-se que não há qualquer possibilidade de sustentar alguma continuidade entre o processo revolucionário e o de degeneração, como se imbricados estivessem. Arruzza (2010, p.68) afirma que “[a] família tradicional foi restaurada pelo stalinismo pelas mesmas razões que os revolucionários de Outubro tentaram superá-la. Já não se tratava de apagar o passado, de desembaraçar-se do velho traste da burocracia e da autocracia, de abolir a exploração. Pelo contrário, tratava-se de garantir a conservação e a reprodução de uma nova casta burocrática”.

Apenas sob hierarquia e controle o poder autoritário se sustentaria e, então, “o reforço da família tornou-se, assim, um importante instrumento Termidor estalinista, ajudando a garantir algo de que o regime necessitava: a combinação entre obediência e produtividade” (ARRUZZA, 2010, p. 69). A maior conquista das mulheres trabalhadoras de conjunto foi manchada e destruída com a

degeneração estalinista. Apesar disso, o seu exemplo histórico ainda é dos mais vitais como lição para os desafios atuais.

Após esse primeiro momento, destaca-se que os anos 1960 e 1970 foram marcados por um *boom*, em um salto qualitativo na organização da classe. Cinzia Arruzza cita que esta segunda etapa do movimento emerge de um momento de efervescência sociocultural, com o auge das lutas por direitos civis da população negra estadunidense e o fortalecimento dos movimentos pelo meio ambiente, pela paz e contra o autoritarismo. Nesse contexto, em alguma medida, ocorre um distanciamento entre a luta do operariado e das mulheres pela estética política e pelo seu próprio repertório, como afirma Cinzia Arruzza, não mais pautado na reivindicação por igualdade, mas sim no reconhecimento das diferenças, com disputas teóricas e repercussões políticas sobre suas origens e sentidos.

As questões de autodeterminação feminina assumem maior relevância, bem como as dimensões raciais e de sexualidade. Aqui adentra-se em outra quadra histórica, referente às reivindicações dos movimentos de mulheres, pessoas negras e LGBTQIAPN+, que assumem um local de protagonismo ante o Estado, exigindo reconhecimento e, em grande medida, reparação histórica. Por outro lado, registra-se um desafio, ainda inconcluso, de lidar com essas reivindicações no bojo das lutas de classe, fundamentadas em uma perspectiva marxista.

Nesse período, passam a ficar mais evidentes as diferenças de pressupostos de análise e suas consequências. Desde aí aprofundam-se interpretações marxistas mais dogmáticas e enrijecidas, hierarquizantes das desigualdades e etapistas em suas respostas, até aquelas das feministas radicais, as quais, sob o viés biologicista ou psicanalítico, passavam a interpretar de maneira mais essencializante tais diferenças. Duas décadas depois, consolidam-se as perspectivas pós-modernas, a inundar as academias e atingir também os movimentos feministas, rejeitando qualquer grande narrativa e abandonando a possibilidade de reivindicar o sujeito político coletivo do feminismo. Instauram-se problemas de ordem epistemológica e política, e até ontológicas, dada a dificuldade de apreender as relações sociais em sua unidade e totalidade integrativa, com as devidas mediações analíticas.

Quanto ao marxismo dogmático, em um primeiro momento se sustentava a ideia de que a reivindicação de direitos, de um outro lugar das mulheres na sociedade e no mundo do trabalho, serviria como ameaça para os trabalhadores, por serem um enorme exército de reserva e de mão de obra mais barata. Depois, surgiram argumentos supostamente mais sofisticados sobre a crítica ao caráter policlassista do movimento feminista – reformista em si – ou ao atendimento automático das reivindicações, quando a revolução social acontecesse.

Sobre a noção de reconhecimento das diferenças, Cinzia Arruzza afirma que sua inspiração maior estava nos movimentos afro-americanos, pois, “deles, o feminismo extraiu alguns instrumentos conceituais novos: a descoberta da diferença como processo de afirmação e de diferenciação da própria identidade, a autodeterminação, a luta de libertação” (ARRUZZA, 2010, p. 56). Esse marco é fundamental para os desdobramentos acerca de concepção de feminismo e suas consequências de

percepção tática e estratégica, reunidos simplificada e abaixo a partir de três conjuntos de *jogo de palavras*³, a apresentar o risco de existir:

- (a) *a classe sem o gênero*: referente às construções artificializantes da relação entre as dimensões de opressão e exploração. Nesse aspecto, a história poderia já ter servido como lição, ao demonstrar como a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e o alto desenvolvimento tecnológico não diminuíram a divisão sexual do trabalho. A perpetuação intacta das relações privadas para garantir a dimensão da reprodução social denota sua centralidade para melhor exploração da mercadoria única, mais valorizada, a força de trabalho. Seguindo as pistas da autora, a perpetuação dessa hierarquização e a localização *superestrutural* da dimensão de desigualdade de gênero pode ser ou um *otimismo cego* na fé automática de transformações dessa magnitude com a tomada do poder pela classe trabalhadora organizada, ou mesmo *má-fé* de estruturas partidárias e sindicais profundamente patriarcais.
- (b) *o gênero como classe*: todos os debates sobre teoria do valor e características da dimensão produtiva do trabalho doméstico geraram, para muito além de um preciosismo categórico, uma série de consequências políticas, especialmente no que tange a quem usufrui dessa *exploração invisível*, se o próprio homem ou o capitalismo. Disso deriva a reflexão sobre a concomitância de dois modos de produção: o capitalista e o patriarcal, sugerindo-se que, sendo o homem quem usufrui dessa exploração, são as mulheres pertencentes a uma mesma classe. Além de algumas autoras materialistas, destacando-se Christine Delphy, as feministas da reprodução social autonomistas, como Silvia Federici, também defenderão, como se verá mais adiante, que o trabalho doméstico produz valor indireto, concluindo que a solução para o problema seria o assalariamento do trabalho doméstico, debate polêmico até os dias atuais. A conclusão quanto às duas possui uma semelhança: “a esfera da reprodução é condicionada pela da produção, perdendo-se de vista a sua especificidade” (ARRUZZA, 2010, p. 105)
- (c) *O gênero sem a classe*: pautadas nas questões psicanalíticas ou biológicas, essencializantes das desigualdades, e afastando-se seu caráter histórico, destaca-se aqui a percepção das feministas radicais, que colocam a diferença biológica como raiz da dominação. Muitas perspectivas pós-modernas também se enveredam para esse campo analítico, no qual a classe é algo suprimível das relações sociais, pois são os *marcadores das diferenças* que organizam a trama da rede social, da qual os *atores* participam.

Duas importantes intelectuais feministas traçam, em um debate, intenções de superar os dualismos presentes nas três tendências aqui apontadas. A partir do resgate parcial desse debate busca-se, neste artigo, abrir espaço para a contribuição decisiva da TRS na transcendência dessas separações tão limitadoras da compreensão complexa da realidade e, mais ainda, da capacidade de forjar alternativas para sua superação.

Nancy Fraser e Judith Butler em diálogo: seria a heterossexualidade compulsória um apetrecho prescindível do capitalismo?

Tal diálogo pode ser acessado nos artigos publicados por Nancy Fraser e Judith Butler, no fim da década de 1990 e início dos anos 2000. O primeiro artigo foi de Nancy Fraser em seu livro *Justiça Interrompida: reflexões críticas sobre a condição 'pós-socialista'* (2022). Em um dos seus artigos, intitulado *Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era pós-socialista*, a autora oferece um quadro analítico-conceitual para falar sobre as injustiças econômicas e culturais, tentando evitar posturas economicistas ou culturalistas que poderiam gerar dualismos. Fraser então indaga:

Política de classe ou política de identidade? Política social ou política cultural? Igualdade ou diferença? Redistribuição ou reconhecimento? A implicação é que essas alternativas excluem umas às outras, que temos de escolher entre igualdade social ou multiculturalismo, e que redistribuição e reconhecimento não podem ser combinados. Essas alternativas, sustento, são falsas antíteses, as quais questiono ao longo deste livro. (FRASER, 2022, p. 17).

Dentre várias polêmicas, a filósofa utiliza contribuições da perspectiva habermasiana sobre ação comunicativa para falar sobre esferas pública e privada; utiliza também noções de tipos ideais weberianos que, em grande medida, se afastam da dialética; assume a crença de uma possível democracia radical e da existência novamente de um Estado de bem-estar social, mas sem articular com a condição objetiva do capitalismo desigual e combinado, do qual os países dependentes e superexplorados transferem valor para os países de capitalismo central, tendo o Estado predominantemente autoritário, repressor e pouco garantidor de direitos sociais, dentre outras problemáticas. Mas a autora tenta avançar no debate em torno das agendas e pautas das lutas por reconhecimento de identidades e por redistribuição econômica - dialogando com a Terceira Geração de Escola de Frankfurt, em especial com Axel Honneth (2003), um hegeliano que trabalha uma concepção de *liberdade social*.

O entendimento de que as dimensões da sexualidade e identidade de gênero se esgotariam em bandeiras culturalistas, incapazes de tocar nos elementos fundantes da estrutura social desigual, representa uma polêmica entre ambas as teóricas feministas. Nancy Fraser (2006) afirma que certas lutas são ambivalentes, como a das mulheres e a de negras e negros, por serem econômicas, estruturais e culturais, o que levaria a uma contradição entre a afirmação de suas especificidades e a luta por abolir tais diferenças. Em contraposição, outras lutas seriam eminentemente culturais, por reconhecimento, com destaque para as que envolvem questões de sexualidade.

Judith Butler responde ao artigo de Fraser por meio de um texto intitulado *Meramente cultural*, originalmente apresentado como conferência no evento *Repensando o marxismo*, em dezembro de 1996, que, por sua vez, despertou algumas reações, inclusive com uma réplica de Nancy Fraser no artigo intitulado *Heterossexismo, falso reconhecimento e capitalismo: uma resposta a Judith Butler*.

Discordando de Fraser e criticando as posturas da tradição marxista de associar os movimentos feministas e de sexualidades (LGBTQIAPN+) como *novos movimentos sociais* relegados

exclusivamente à reivindicação de aspectos culturais, Judith Butler (2000) demonstra como o exercício da sexualidade que afronta os impostos padrões de normalidade coloca em xeque o modelo familiar monogâmico e heteronormativo, essencial para a manutenção dessa ordem, atingindo o âmbito da reprodução da economia.

Tal qual o entendimento de Jules Falquet (2008), Butler está de algum modo buscando destacar como a naturalização da heterossexualidade (sua compulsoriedade, como se costuma afirmar), garante a perpetuação jurídica de privilégios e direitos de propriedade - por exemplo, o casamento e a herança sendo importantes instrumentos de acúmulo de riquezas no capitalismo - e que demandam o seu regramento por meio da heterossexualidade. Mais ainda, a heterossexualidade compulsória é imprescindível para a naturalização dos sexos e dos papéis sociais ditos femininos e masculinos, bem como para a perpetuação do padrão monogâmico familiar, fenômenos garantidores da reprodução social que permite o aprofundamento das taxas de exploração.

O econômico, vinculado ao reprodutivo, está necessariamente ligado à reprodução da heterossexualidade. Não é que formas não heterossexuais de sexualidade são simplesmente deixadas de fora, mas que sua supressão é essencial para a operação daquela normatividade prévia. Isso não é simplesmente uma questão de certas pessoas sofrendo uma falta de reconhecimento cultural por parte de outros, mas, antes, um modo específico de produção e troca sexual que atua para manter a estabilidade do gênero, a heterossexualidade do desejo e a naturalização da família (BUTLER, 2016, p. 243).

Butler rejeita a distinção entre sexo e gênero e a ideia de que gênero é uma interpretação cultural do sexo, evidenciando como o próprio sexo é constituído discursivamente. O sujeito é constituído discursivamente mediante exclusão, que se dá por atos de diferenciação. O domínio de corpos considerados abjetos, ao deixarem de ser plenamente humanos, reforça as normas regulatórias. Portanto, para ela a performatividade seria o poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constringe.

Entende a autora, entretanto, que haver demarcação discursiva nas diferenças sexuais não é o mesmo que afirmar que o discurso causa a diferença sexual. Ela acredita que a nomeação é, ao mesmo tempo, estabelecimento de uma fronteira e inculcação repetida de uma norma, mas faz uma crítica ao que denomina um construcionismo linguístico determinista. Para ela, a generificação não é construída externamente pelo discurso, mas sim pelas relações diferenciadoras, propondo um retorno à noção de matéria - como processo de materialização. Portanto, acredita ser possível subverter as identidades e desestabilizar regimes de poder existentes, desconstituindo o próprio processo de repetição.

Essas são críticas e formulações fundamentais de Butler, ainda que se saiba que sua concepção do econômico é bem distinta da perspectiva marxista, o que, inclusive, faz com que Arruzza conclame uma união pautada na construção de um marxismo queer. Cinzia (2010), ao propor uma *união queer* de marxismo e feminismo, destaca que o grande desafio seria realizar uma ligação entre performance do gênero e relações de produção capitalistas. Ela afirma que a teoria queer pretende desconstruir o gênero, do mesmo modo que o socialismo pretende desconstruir a classe. Nenhum

pretende manter a identidade, ainda que na prática política o problema da identidade se coloque para ambos.

Butler possui a percepção de que as relações de opressão sexual são relações políticas e Cinzia se questiona por que não pensar no mesmo sentido quanto às relações de classe e de produção. Faz-se fundamental raciocinar conjuntamente sobre a performatividade do gênero e a forma como ele se entrelaça nas relações de produção capitalistas. Se Butler enfrenta verdadeiramente a materialidade da performatividade do gênero – observando o conjunto de instituições materiais que garantem e que não são redutíveis à linguagem, a autora italiana indaga as razões de essa leitura social partir exclusivamente das relações de poder, subestimando o impacto estruturante das relações econômicas sobre elas.

Desse modo, as contribuições de Butler sobre o econômico e o *meramente cultural* são pertinentes e valiosas, ainda que parta sua leitura das relações de poder, ignorando o debate desde a crítica à economia política. Por isso a *união queer* seria capaz de conciliar as melhores contribuições dessas perspectivas críticas.

Em síntese, Butler e Fraser debatem sobre o que seriam os dilemas em torno do reconhecimento (que em tese poderia ser resolvido com *remédios* de políticas afirmativas das diferenças sociais) e da má distribuição (que poderia ser solucionado com mudanças econômicas). Butler critica as perspectivas dualistas das quais economia/materialidade e política/cultura estão situadas em esferas separadas, que fazem com que as violências contra a população LGBTQIAPN+ e contra as mulheres sejam compreendidas como questões secundarizadas diante da *questão social*. Embora o reducionismo da Butler seja evidente ao tentar equalizar dimensões econômicas e culturais, a autora levanta alguns questionamentos sobre a relevância do heterossexismo para a viabilidade do modo de produção capitalista.

No debate com Nancy Fraser, Butler resgata algumas reflexões realizadas por feministas socialistas nos anos 1970 e 1980, que comumente recorriam a Marx e Engels por meio da Ideologia Alemã (1846) e da Origem da família, da propriedade privada e do Estado (1884), para afirmar que *a família é parte indelével do modo de produção capitalista*, devido à necessária condição de produção e reprodução da vida imediata: por um lado, a própria produção da existência – alimentação, moradia etc. - e, por outro, a reprodução do gênero humano/da espécie.

Assim, essencial à posição do feminismo socialista da época é a concepção de que a família não é um dado exclusivamente natural. Na condição de arranjo social específico de funções parentais, ela [a família] permanece contingente e potencialmente transformável. Em consequência, é lícito assumir que tanto o “gênero” quanto a “sexualidade” tornam-se parte da “vida material” não apenas pelo modo que atendem à divisão sexual do trabalho, mas, principalmente, pelo fato de o gênero normativo ser indissociável da reprodução da família heterossexual. (BRETAS, 2017, p. 238-239).

Nesse diálogo, Fraser assume que o capitalismo é capaz de garantir reconhecimento às populações LGBTQIAPN+ sem alterar a sua estrutura econômica. Desse modo, o capitalismo jamais

seria desestabilizado com políticas afirmativas de inclusão daquela população. Esse debate é continuado no texto *O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história* (2009), em que Fraser propõe pensar os novos dispositivos de exploração surgidos na era *pós-socialista*. Estaríamos aqui diante de desafios referentes à forma com que o capitalismo neoliberal pós-fordista instrumentaliza as bandeiras de lutas dos movimentos feministas, sobretudo, referentes ao reconhecimento. Isso será reiterado por alguns/mas outros/as autores/as, em diversas localidades. De acordo com Guilherme Gomes Ferreira, de “alguma maneira, ainda permanece o desafio de produzir uma política sexual e de gênero anticapitalista no interior dos movimentos sociais brasileiros” (FERREIRA, 2020, p. 153).

Mesmo diante de divergências teóricas e políticas, Butler e Fraser defendem que as políticas voltadas para a representação, centradas exclusivamente na valorização das identidades culturais, são limitadas ou já foram esgotadas no neoliberalismo. Esse debate também foi aquecido nos EUA e no Brasil com a ascensão dos governos de Trump e Bolsonaro, que inauguram a interdição do *neoliberalismo progressista* (FRASER, 2018), que pode ser entendido como *neoliberalismo de cooptação* (CISLAGHI, 2020) - período que antecedeu o ultraneoliberalismo característico daqueles governos. Na análise de Juliana Fiuza Cislighi (2020), houve um avanço em relação às lutas e reivindicações das mulheres, mas ampliando o trabalho doméstico não pago - o trabalho reprodutivo da força de trabalho realizado pelas mulheres - concomitante à concretização dos desmontes dos direitos sociais, por meio do Estado, o crescimento do microcrédito, do empreendedorismo e, por fim, "a crítica à limitação das lutas nacionais foi subsumida por um imperialismo travestido de defensor dos direitos humanos." (CISLAGHI, 2020).

Aprofundando-se a análise desse fenômeno, situa-se também o processo de institucionalização dos movimentos sociais. Devido à incorporação do neoliberalismo no Brasil, na década de 1990, as configurações dos movimentos sociais foram metamorfoseadas de forma significativa, o que implicou a alteração das formas e a disposição para lutar, “a adesão ao ideário neoliberal significou abrir mão da concepção das políticas públicas como direito, do caráter universal e gratuito dos serviços” (GOMES; COUTINHO, 2008, p. 1). Esse processo de institucionalização e, em alguma medida, *onguização*, foi impulsionado e patrocinado por uma onda de financiamentos provenientes de agências norte-americanas e/ou europeias, que acabaram, em grande parte, direcionando as ações políticas desses movimentos sociais, além de interferirem diretamente em suas autonomizações e liberdade de atuação.

A forma com que o movimento do capital foi se apropriando de algumas pautas e agendas dos movimentos sociais merece adensamento analítico, pois essa questão é um dos desafios para a unidade que consiga alcançar a totalidade envolvida na produção e reprodução social, assumindo a indissociabilidade entre vida objetiva e subjetiva. O caráter questionador perante o capital não deve ser diminuído diante de conquistas históricas que afetam o gênero, raça e sexualidades - ou seja, a conquista de algum nível de igualdade formal, mesmo diante da desigualdade estrutural -, como o reconhecimento ao casamento entre pessoas da mesma identidade de gênero. Desse modo, apreender

as processualidades históricas que forjam as relações sociais genericadas e racializadas do capitalismo, necessariamente ancoradas no cisheteropatriarcalismo, é de suma importância para a luta contra o capital.

Embora o capitalismo crie nichos e coopte algumas agendas dos movimentos das mulheres, das pessoas negras e LGBTQIAPN+, existe uma condição dada à realidade das mulheres que o capitalismo não pode prescindir e é o que a TRS busca desenvolver. São muitos pontos de vista que devem ser exercitados na materialização do método marxiano e, nesse movimento de alcançar o concreto como concreto pensado, faz-se necessário um recurso inexorável: a mediação enquanto categoria ontológica e reflexiva (PONTES, 2018).

Para além do dualismo do econômico e do cultural: totalidade social desde a perspectiva da Teoria da Reprodução Social

O movimento de renovação e construção da TRS, a partir dos anos 2000, defende a concepção dialética de totalidade social, o que se mostra vital para a superação dos binarismos, e mesmo dos limites, apresentados no debate Butler-Fraser sobre o econômico e o cultural. Nos desafios de transcendência analítica incluem-se também as formulações interseccionais, como se verá na sequência.

O feminismo socialista e o feminismo marxista tiveram, historicamente, o desafio de buscar entender como a opressão às mulheres estava fundada nas relações sociomateriais intrínsecas ao capitalismo. Isso passou por refutar ou contextualizar e aperfeiçoar os pressupostos do marxismo por uma lente feminista.

Sem negar as contribuições de Marx - ao contrário, reivindicando a imprescindibilidade do método materialista histórico dialético para compreensão da totalidade social - algumas feministas também buscaram compreender as origens e estruturas necessárias para a perpetuação do modelo capitalista, criticando veementemente alguns aspectos de sua obra, especialmente pela naturalização do trabalho reprodutivo. Neste artigo, essa crítica também prevalece, em uma leitura calcada na tentativa - fruto de um esforço coletivo de gerações de intelectuais militantes - de se construir uma abordagem dialética da totalidade social desde uma Teoria Unitária.

Defende-se aqui, como horizonte analítico - e político - para a compreensão das desigualdades de gênero na ordem do capital, a noção de uma Teoria Unitária, que não parte da compreensão do sexismo e do racismo como sistemas autônomos que influenciam a sociedade de classes capitalista, mas sim como dimensões que compõem as relações sociais de produção e reprodução expandida desse sociometabolismo.

Nesse sentido, as autoras que reivindicam uma Teoria Unitária discordam da ideia de que o patriarcado possa ser considerado um sistema de regras e mecanismos que autonomamente se reproduzem na ordem do capital. Ao mesmo tempo, defendem que não se pode compreender tal ordem meramente como um conjunto de leis econômicas, mas antes “como uma complexa e articulada

ordem social, uma ordem que tem seu núcleo constituído de relações de exploração, dominação e alienação” (ARRUZZA, 2015, p. 38). A autora complementa: “Deste ponto de vista, o desafio é entender como a dinâmica de acumulação de capital continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, sem expressar estes mecanismos em termos estritamente econômicos ou automáticos” (ARRUZZA, 2015, p. 38).

O capitalismo é “um conjunto de processos e relações complexas” (ARRUZZA, 2015, p. 43) e que, historicamente, produziu uma realidade que faz com que a reprodução social seja predominantemente relegada à esfera privada.

O capitalismo não é um Moloch, um Deus escondido, um marionetista ou uma máquina: é uma totalidade viva de relações sociais. Nela, encontramos relações de poder conectadas a gênero, orientação sexual, raça, nacionalidade e, religião, e todas estão a serviço da acumulação de capital e sua reprodução, ainda que frequentemente de formas variadas, imprevisíveis e contraditórias (ARRUZZA, 2015, p. 45).

Isso significa uma perspectiva que reivindica a imprescindibilidade de uma totalidade em movimento - nem a leitura fragmentada do todo social, nem uma *totalidade totalitária* -, baseada em determinismos e hierarquizações a-históricas.

Susan Ferguson (2017) é uma das teóricas feministas que reivindica uma noção dialética da totalidade social, e assim o faz, com seu parceiro David McNally, a partir de um balanço dos rumos das produções teóricas feministas nas últimas décadas. A autora e o autor percebem, em um primeiro momento, a importância da reação do feminismo negro, materialista, e da interseccionalidade, especialmente nos anos 1990, como fundamentais críticas às teorias do discurso e à produção de reflexões sobre gênero, feminismos e relações raciais desde então. Para eles, desde o reconhecimento de suas importâncias, também se faz necessário assumir os riscos de um exercício predominantemente empiricista das concepções interseccionais, que resvale em descrever vetorizadamente cada modo de dominação ou opressão, sem se costurar o plano de fundo que os enreda, a lógica sistêmica que os amolda.

De outro lado, havia uma tendência de alguns autores marxistas em tratar de categorias, como trabalho, lar e outras, como “uma coisa que opera dentro de outra coisa ou estrutura” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 50) e não como processos históricos e contraditórios. Os autores indicam a necessidade dessa superação, inclusive localizando aí a dificuldade existente no feminismo da reprodução social dos anos de 1980 e 1990 em racializar suas leituras da realidade:

Ao falhar na apreensão de processos complexos e contraditórios através dos quais as múltiplas dimensões da vida social criam um todo integral e dinâmico, muito do pensamento feminista marxista hesita quando se trata de teorizar a totalidade social em toda a sua diversidade (FERGUSON; MACNALLY, 2017, p. 51).

Por isso, eles e outras/os autoras/es contemporâneas que reivindicam a construção do campo da TRS colocam-se na disposição de construção de uma nova perspectiva para pensar tais

categorias como processos, e não coisas, abrindo “a possibilidade de uma leitura mais genuinamente histórico-materialista das relações sociais de poder” (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 51).

Compartilhando da compreensão de que a interseccionalidade não é uma teoria, mas sim um conjunto heterogêneo de ideias, a autora e o autor as classificam como o modelo aditivo que vetoriza o encontro das dimensões de opressão - “linhas, locais, eixos e vetores” (MCNALLY, 2023, p. 158) -, conforme definição de diferentes autoras – até o modelo constitutivo, que realiza uma explicação das relações de poder – da emergência e dinâmica das opressões –, atribuindo destaque, nesse caso, para Angela Davis e Patricia Hill Collins. Sobre a última, a autora e o autor dizem que sua formulação sobre a *matriz de dominação* permite perceber a operação da totalidade dentro da qual essas relações entre raça, classe e gênero se dão de maneira internamente conectadas. David McNally, em outro texto, afirma:

Todos esses movimentos teóricos buscam, com razão, superar a imagem conceitual que assombrou a teoria da interseccionalidade: a de identidades reificadas ou pré-constituídas, ou de espaços que entram em algum tipo de contato externo um com o outro. No entanto, essas modificações continuam atormentadas pelo atomismo ontológico inerente às formulações fundadoras da teoria: a ideia de que existem relações de opressão constituídas independentemente umas das outras, e que, em algumas circunstâncias, se entrecruzam. (MCNALLY, 2023, p. 158).

Aponta que, em regra, se há um mérito empírico de muitos estudos interseccionais, também se nota uma intrínseca deficiência em investigar as relações sociais de dominação de um capitalismo racializado e patriarcal. Falta a constituição de uma teoria integrativa do todo social, capaz de identificar aquilo que molda a interação entre as múltiplas opressões que constituem uma experiência diferenciada, porém unificada.

McNally, a partir de Hegel, afirma que as ideias interseccionais partirão de um quimismo, o que ilustra que “ingredientes distintos e pré-constituídos podem afetar um ao outro apenas do lado de fora, não de uma maneira verdadeiramente formativa” (MCNALLY, 2023, p. 163). Ao revés, a proposta de uma Teoria Unitária beberia em um “organicismo dialético”, capaz de perceber “um todo social diverso e complexo como constitutivo de todas as partes, e cada parte como reciprocamente constitutiva uma da outra”. (MCNALLY, 2023, p. 163).

A Teoria da Reprodução Social ou Teoria Unitária se propõe a isso, reconhecendo o todo social como algo maior que a soma das partes, porém, ao mesmo tempo, realizando o esforço de traçar um entendimento dialético da determinação, ou seja, essa lógica do capital que amolda o encontro das dinâmicas de exploração, dominação e opressão não pode ser entendida como uma causalidade simples, desde uma perspectiva funcionalista. Ao contrário, trata-se de uma totalidade complexa, heterogênea, contraditória e essencialmente histórica.

Adiante são desenvolvidos os pilares teóricos da TRS, desde uma abordagem histórica dos debates feministas que levam ao seu surgimento; porém, é válido afirmar que esse *organicismo dialético*, capaz de constatar a unidade na diferença de dimensões de exploração e opressão, parte de uma percepção complexa do econômico, guiando-se pelo método materialista histórico dialético e

resgatando as próprias formulações de Marx. Assim, parte-se da compreensão fundamental da economia como relação social. Segundo Tithi Battacharya:

Retorno a três afirmações fundamentais feitas sobre a economia até agora. Primeiro, que a economia como a vemos, é, segundo Marx, uma superfície aparente. Segundo, que a aparência, imersa na retórica da igualdade e liberdade, esconde um terreno oculto onde reinam a dominação e a coerção, e essas relações formam o eixo do capitalismo. Terceiro, que o econômico também é, portanto, uma relação social, uma vez que o poder necessário para administrar esse terreno oculto - ou seja, de submeter o trabalhador a modos de dominação - também é, necessariamente, um poder político. (BATTACHARYA, 2023, p. 123)

A leitura da totalidade e da economia como relação social, para a Teoria Unitária, tem um eixo primordial, indo além do próprio Marx, com Marx, que é destacar o âmbito da reprodução social da força de trabalho. Para a TRS, ambos os espaços (produção e reprodução) podem estar separados apenas espacialmente, mas, como afirma a autora, “na verdade estão unidos nos sentidos teórico e operacional. São formas históricas particulares de aparência pelas quais o capitalismo se expressa” (BHATTACHARYA, 2023, p. 128). O econômico determina, em última instância, a reprodução social na ordem do capital, ainda que seja por ela determinado.

Tais ideias são desenvolvidas a seguir.

Debates feministas sobre a reprodução social e a perspectiva unitária

A TRS surge do debate sobre o trabalho doméstico na década de 1960, que também é legatário do que convencionalmente foi nomeado como *A Questão da Mulher* dentro do socialismo e dos estudos marxistas. Foi na década de 1960 que diversas autoras e movimentos começaram a tecer algumas reflexões sobre o trabalho doméstico e, dentre elas, surgiu a grande indagação se o trabalho doméstico produziria ou não valor (de troca), mas, mais do que meramente categórico, essa investida estava interessada em apreender a função do trabalho doméstico para a reprodução do capital (ampliada) e qual o local desse trabalho nessa mesma reprodução.

Para Lise Vogel, autora do livro *Marxismo e opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária*, a *Questão da Mulher* se ocupou de debates em torno da família, do trabalho das mulheres e da igualdade das mulheres (VOGEL, 1983), mas não atingiu uma análise sobre a base material que ajudasse a apreender a raiz da opressão às mulheres no capitalismo. Embora esses debates tenham sido realizados por referências revolucionárias do socialismo, a partir do século XIX, por meio do próprio Marx e de suas aproximações e distanciamentos teóricos com Engels, e de referências importantes como August Bebel, Clara Zetkin, Eleanor Marx, Rosa Luxemburgo e Lênin, é de se considerar que são análises que permaneceram dúbias ou inacabadas, gerando uma série de incompreensões que atravessaram e ainda atravessam os movimentos feministas marxistas e materialistas.

De acordo com Bárbara Araújo e Maíra Kubík (2023), foram “postos para as feministas socialistas dois grandes desafios: superar a análise reducionista do trabalho doméstico e considerar a questão racial como elemento determinante das relações sociais.” (ARAÚJO; KUBÍK, 2023, p. 5). As autoras consideram que o desafio de apreender com mais elementos a condição do trabalho doméstico

foi qualitativamente enfrentado em 1983 por Lise Vogel, com o que as autoras deste artigo concordam, pois essa obra representa um patamar mais elevado de manuseio da teoria-método marxiano e sua teoria valor-trabalho para o desvendamento das relações sociais generificadas do modo de produção capitalista e, por isso, determinadas pelo processo incessante de produção e valorização de valor que o capital realiza.

Antecipando esse clímax teórico, houve o desenvolvimento de um vasto e longo processo protagonizado por algumas autoras, como Margaret Benston, Heidi Hartmann, Iris Young, Peggy Morton, Mariarosa Dalla Costa, Selma James e, posteriormente, Silvia Federici, em torno do debate sobre o trabalho doméstico. Essas autoras, situadas em diversos locais, dentre eles os EUA, o Canadá e a Itália, dialogaram entre si na produção de conteúdos a partir da perspectiva crítica marxista, mas, também, em outros momentos, ao se distanciarem do marxismo, devido ao que julgaram uma ausência de respostas em torno da particularidade que envolve as mulheres na sociedade capitalista. Para a maioria dessas autoras, as mulheres realizam um trabalho que produz valores de uso consumidos em casa (unidade doméstica) pela família, e essas mulheres ainda dispunham de força de trabalho ativa, explorada no âmbito produtivo, com menor salário do que os homens.

Margaret Benston, na publicação do artigo *The Political Economy of Women's Liberation* [*A economia política da libertação das mulheres*], em 1969, assume uma perspectiva ampla do trabalho doméstico, considerando-o não apenas como as tarefas domésticas e de cuidados, mas como uma dimensão necessária para a reprodução da força de trabalho. A autora sugeriu que uma das possibilidades para suprimir a subordinação das mulheres no capitalismo seria tornar público o trabalho (doméstico) das mulheres. Isso também foi anteriormente defendido por Lênin (1919), ao expor a necessidade da abolição das legislações que subalternizam as mulheres. O Estado deveria, então, se responsabilizar pelo trabalho doméstico, que, em suas palavras, “é o trabalho menos produtivo, mais pesado, mais barato. É um trabalho extremamente mesquinho que não pode contribuir, no mínimo que seja, para o desenvolvimento da mulher” (LÊNIN, 1919, p. 4), e isso passava, necessariamente, pela construção de inúmeros equipamentos públicos, como creches, refeitórios, lavanderias públicas etc. As mulheres deveriam ser liberadas de certos trabalhos e incentivadas a ocupar espaços políticos. Desse modo, Lênin trouxe mais elementos em relação à emancipação das mulheres, que ultrapassaram, em muito, apenas a inserção das mulheres no trabalho produtivo, como Engels sugeriria, pois é de se reconhecer que apenas a introdução das mulheres no mercado de trabalho, sem a socialização das tarefas, implicaria uma dupla jornada de trabalho, como Benston também defendera, ainda que na experiência soviética o trabalho tenha sido socializado, porém executado predominantemente por mulheres.

Em 1982, no artigo *A Woman's Work is Never Done* [*O trabalho de uma mulher nunca termina*], Peggy Morton (Canadá) dialoga criticamente com a análise de Benston, deslocando o debate sobre a dificuldade da organização política das mulheres, uma vez que elas seriam uma *classe diferenciada*. Além disso, Morton amplia a análise acerca da família, sendo a primeira, nesse circuito de debates, a

apreendê-la não apenas como uma instituição pré-capitalista, atualizada nesse modo de produção, mas como uma unidade que mantém e reproduz a força de trabalho, garantindo a geração de novos e novas integrantes da classe trabalhadora, “dotados das habilidades e valores necessários para que eles integrassem o mercado de trabalho capitalista como membros produtivos” (FONSECA, 2019, p. 42). A grande contribuição de Morton, naquele momento, foi articular o trabalho doméstico e assalariado, realizado pelas mulheres, evidenciando as suas contradições, o que a levou a rejeitar a condição das mulheres como uma classe diferenciada de trabalhadores, embora possuíssem as suas particularidades como classe. Defendeu que as mulheres não produziram apenas valores de uso no âmbito familiar, mas a própria força de trabalho.

Em continuidade, em 1971, Mariarosa Dalla Costa e Selma James publicam o artigo *The Power of Women and the Subversion of the Community* [O Poder das Mulheres e a Subversão da Comunidade], nos EUA e na Itália, concomitantemente. Essas feministas-marxistas-autonomistas passam a reivindicar o trabalho doméstico como uma espécie de trabalho produtivo, ou seja, que produz valores de troca por meio da produção da mercadoria força de trabalho. Portanto, as donas de casa seriam exploradas “como ‘trabalhadoras produtivas’ no sentido estrito, pois produziam mais-valia, cuja apropriação seria realizada pelo pagamento de um salário ao marido por parte do capitalista. Esta dinâmica faria do marido o instrumento da exploração da mulher” (FONSECA, 2019, p. 40). Nessa perspectiva, a família não seria apenas o local que garante a manutenção da força de trabalho e a existência de novos trabalhadores e novas trabalhadoras, mas uma fábrica social, o que garantia que as mulheres fossem definidas como classe específica. Essa premissa teórica fez com que houvesse o retorno dos debates sobre quem seria a classe trabalhadora e o sujeito revolucionário no capitalismo. A partir dessas fundamentações, um grupo de mulheres passou a reivindicar do Estado salário para os trabalhos domésticos, por meio de uma *Campanha Internacional Salários para o Trabalho Doméstico* (*International Wages for Housework Campaign*), e se organizaram politicamente em torno da greve do trabalho doméstico.

Resumidamente, houve vários *casamentos* e *divórcios* entre os feminismos e os marxismos, e essa forma de nomear esses distanciamentos e aproximações (e relações abusivas) surge dos artigos publicados na década de 1970 e 1980, a começar por Heidi Hartmann (1996 [1978]) com *O infeliz casamento entre marxismo e feminismo: rumo a uma união mais progressiva* [*The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union*]. Posteriormente, com Iris Young, com *Além do infeliz casamento: uma crítica ao sistema dual* (1992 [1981]) [*Beyond the Unhappy Marriage: A Critique of the Dual Systems Theory*]. Depois, esse debate foi reaberto pelas feministas marxistas da TRS, em especial por Cinzia Arruzza em seu livro *Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*, publicado em 2013 nos EUA e lançado no Brasil em 2019. Nesse livro, Cinzia realiza um resgate dos movimentos socialistas e feministas desde o século XIX até a atualidade, como apresentado, em parte, em tópico anterior.

Entretanto, uma das principais contribuições nesse debate histórico sobre feminismo e marxismo foi, como dito, o livro da Lise Vogel, publicado em 1983. Vogel se localiza nos estudos que defendem o desenvolvimento de uma teoria unitária, na qual as relações de gênero, sexualidade e raça

sejam apreendidas como inscritas nas relações sociais de classe capitalista, ou seja, a defesa da existência de uma totalidade social que conforma um único sistema. Nessa lógica, nem o patriarcado (de sociedades pré-capitalistas), nem o racismo seriam sistemas autônomos e independentes do capitalismo. Primeiro, porque não se enfrentam mais relações sociais de gênero pré-capitalistas; segundo, porque o racismo é um artefato capitalista – embora Vogel não tenha desenvolvido a questão de raça (e essa é uma das principais críticas a sua obra), hoje a Teoria Unitária tem adensado mais essa compreensão.

Contribuições de Lise Vogel permitem vários *insights* para o desenvolvimento da TRS atualmente. Uma delas foi tirar o foco exclusivo do trabalho doméstico para se analisar as relações sociais fundamentais ao capitalismo, constituídas por uma família baseada em uma ordem de gênero de dominação masculina (FERGUSON; DAVID MCNALLY, 2017). Vogel defende (e a TRS também) que a opressão às mulheres tem uma base material localizada na diferencial condição das mulheres como produtoras e reprodutoras da mercadoria força de trabalho. Com isso, houve a necessidade de se ampliar a análise da reprodução social da força de trabalho, que é a tarefa de “manutenção e a reprodução da vida, em nível diário e geracional” (ARRUZZA, 2015, p. 55). Constituem processos de reprodução social atividades realizadas predominantemente por mulheres, não inscritas estritamente ao âmbito produtivo. Essas atividades regeneram e criam condições de reprodução da totalidade da classe trabalhadora, incluindo pessoas que não estão necessariamente vendendo a sua força de trabalho, como crianças, idosos e pessoas doentes, além da criação de novos seres humanos, por meio do gestar, parir, amamentar e de outros cuidados que envolvem as necessidades das crianças.

Para chegar a esse ponto de reflexão teórica, Vogel distingue as contribuições de Marx e de Engels. Para ela, existem duas perspectivas mais evidentes nos estudos sobre as mulheres no socialismo, influenciadas por uma diversidade de obras daqueles pensadores, em diferentes níveis de desenvolvimento de suas teorizações. A começar com *Sobre a Questão Judaica* (1843) e *Os manuscritos econômicos-filosóficos* (1844), em que Marx assume que “a relação do homem com a mulher revela o progresso além de um estado natural” (VOGEL, 2022, p. 168), mas que sob uma sociedade baseada na propriedade privada, essa relação assume formas alienadas. Em *A Sagrada Família* (1845), Marx, ao se contrapor aos Jovens Hegelianos, afirma que “[o] grau de emancipação da mulher é a medida natural da emancipação geral” (MARX; ENGELS, 1975b, p. 196). Engels, ao desenvolver a sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1844/1845), relata situações degradantes enfrentadas pela classe trabalhadora e, em especial, as que as mulheres viviam. Engels realiza importantes contribuições, ainda que afirme, por exemplo, a tendência à dissolução da família trabalhadora como causa do desenvolvimento capitalista, além de outros equívocos analíticos que Vogel trabalha melhor em sua obra.

Para Vogel, a primeira tendência dentro dos movimentos socialistas se aproxima das compreensões dos sistemas duplos, das quais as formas de opressão de gênero são anteriores ao capitalismo e são, em grande medida, compreendidas como autônomas ao modo de produção

capitalista. A obra de Engels *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* e a *A ideologia alemã*, de Marx e Engels, ao apresentarem uma análise dualista da produção de meios de subsistência (social) e a (re)produção de seres humanos como natural/biológica, marcam o desenvolvimento dessa perspectiva, localizando a opressão das mulheres como uma permanência patriarcal remanescente no capitalismo.

A segunda perspectiva está enquadrada no que Marx desenvolve sobre reprodução social, ao considerar indissociável a reprodução dos indivíduos da reprodução social geral. A reprodução da classe trabalhadora e a própria reprodução da sociedade capitalista não são analisadas de forma separada, apartada ou fragmentada. Essa confirmação pode ser acessada nos escritos d’*O Capital*, quando há a exposição teórica sobre a força de trabalho, o exército industrial de reserva e a queda tendencial da taxa de lucro, em especial, sobre consumo individual e consumo produtivo. Enquanto o primeiro está relacionado “aos processos diários que restauram o produtor direto e lhe permitem retornar ao trabalho” (VOGEL, 2022, p. 327), o segundo está relacionado ao consumo produtivo que a potência da força de trabalho realiza no processo produtivo, no qual haverá a produção de mais-valia e, por consequência, a exploração do trabalho. O trabalhador e a trabalhadora consomem as suas capacidades físicas ao executarem a venda de sua força de trabalho, e essas capacidades devem ser regeneradas.

Vogel assume que Engels contribuiu para o desenvolvimento de uma perspectiva dupla sobre a questão da mulher, enquanto Marx para a perspectiva da reprodução social. Em sua análise, Engels desenvolve alguns equívocos teóricos e metodológicos, sobretudo n’*A Origem*, que acabou sendo eleito livro de muita importância na tradição feminista-socialista do século XX. Nesse sentido, Vogel dialoga com outras produções do campo socialista, como as de August Bebel, Clara Zetkin e Lênin.

Resumidamente, para Vogel, embora Marx possibilite uma teorização sobre a opressão das mulheres no capitalismo, a partir da leitura da reprodução social, ele não alcança essa teorização em completo, “pois relega a explicação sobre a reprodução da força de trabalho ao mero consumo individual, situando a divisão sexual do trabalho na instância do ‘natural’ e desconsiderando-a como relação social específica do modo de produção capitalista” (FONSECA, 2019, p. 64).

Na análise de Vogel, a divisão sexual do trabalho não é o ponto de partida, mas é consequência de um outro nível de abstração: o local das mulheres na reprodução social da força de trabalho no capitalismo. Para a autora, a força de trabalho não é produzida capitalisticamente, ou seja, é (re)produzida por meio de relações sociais em que existe apenas produção de valores de uso para consumo direto. A reprodução da força de trabalho, nesse sentido, é uma *condição* da produção, mas não é uma *forma* de produção.

Em síntese, para Vogel, as análises de Marx em *O Capital* deixam de considerar duas questões fundamentais. Primeiro, a substituição geracional de trabalhadores/as e da própria superpopulação relativa. Essa substituição depende, necessariamente, do trabalho que envolve engravidar, gestar, parir, amamentar e cuidar de crianças – o que também foi reiterado pela crítica de Silvia Federici (2017) a

Marx. Segundo, a manutenção de pessoas que compõem a classe trabalhadora, mas que por algum motivo não estão aptas a vender a sua força de trabalho, como doentes, crianças, idosos e pessoas que, por alguma razão, estão impossibilitadas de ocupar postos de trabalho. Portanto, Vogel amplia a análise em torno da classe trabalhadora, suplantando a noção individual de um/a único/a trabalhador/a ou conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que vendem as suas forças de trabalho, alcançando a totalidade da classe trabalhadora que precisa ser mantida e substituída geracionalmente, ao longo do tempo.

Para Susan Ferguson e David McNally,

A opressão às mulheres gira em torno da importância social do trabalho reprodutivo para o capital: não é biologia *per se* que dita a opressão às mulheres, mas, em vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gravidez, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora. É isso que induz o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina. E este fato social, ligado à diferença biológica, compreende a fundação sobre a qual a opressão às mulheres é organizada na sociedade capitalista (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 35).

Relembra-se, aqui, o debate realizado no início deste artigo em relação às polêmicas que envolveram as autoras Nancy Fraser e Judith Butler, sobre a importância ou não da normatização heterossexista para a manutenção do capitalismo. A partir da trama desenvolvida pela TRS, há condições de se criar um campo de mediações que ajude a articular o que, em termos de aparência, sugere estar desconectado, pois existe também um interesse na manutenção de um modelo de família seguro e confiável e, sem sombra de dúvidas, esse modelo é representado pela família heteronormativa.

Vogel conclui que a opressão às mulheres no capitalismo não está relacionada à condição de produção de valor do trabalho doméstico, tampouco devido ao *sistema patriarcal* trans-histórico, apropriado pelo capitalismo. A base material da opressão às mulheres no capitalismo relaciona-se diretamente com as reproduções biológica e ampliada do capital. Isso faz com que o Estado regule a reprodução das mulheres, para que não falte força de trabalho disponível para a exploração. Evidentemente que essa questão é complexa e envolve uma série de mediações, sobretudo a partir da relação que envolve o sistema capitalista desigual e combinado, que resulta em processos migratórios (especialmente do Sul para o Norte global) e uma série de questões que garantem maior permissibilidade do Estado em relação ao autocontrole reprodutivo das mulheres, como a legalização do aborto, em alguns territórios.

Para Rayane Noronha Oliveira (2021), a dimensão de permissibilidade do Estado constitui a noção categórica do cisheteropatriarcado, resultado das relações sociais de produção e reprodução capitalistas. Essa totalidade parcial, categorizada como cisheteropatriarcado, constituída por três dimensões, envolve, primeiramente, a processualidade histórica que revela uma nova divisão sexual do trabalho e a profunda alteração da instituição familiar, realizadas no período da acumulação primitiva do capitalismo. Concordando com o levantamento empírico realizado por Silvia Federici (2017), nessa

processualidade, a família, necessariamente monogâmica e heterossexual, passa a não compor mais a unidade produtiva-reprodutiva, sendo restringida ao âmbito da reprodução social da força de trabalho, o que rebaixa o valor (ou importância) do trabalho realizado pelas mulheres, ao passo que aumenta sua dependência em relação aos homens. Nessa processualidade, a garantia da manutenção da reprodução biológica passa historicamente a ser regulada pelo Estado. Apesar dos avanços recentes em relação à descriminalização do aborto, em alguns países capitalistas – o que é determinado mais pela força política e organizativa dos movimentos feministas do que pelo desejo do Estado capitalista, o cisheteropatriarcado compõe eminentemente o controle reprodutivo das mulheres e a constituição da família heterossexual.

A segunda dimensão do cisheteropatriarcado pode ser considerada a partir da materialização do racismo na cisheteronormatividade. Se, antes do capitalismo, a genitália determinava uma série de atributos do sujeito em dada sociedade (em algumas sociedades ocidentais), isso se complexifica no capitalismo, embora ainda seja determinante na fundamentação da cisheteronormatividade. Em outras palavras, no capitalismo a designação sexual é substancialmente alterada devido à existência do racismo, portando-se de forma distinta para as populações colonizadora e colonizada. Ou seja, as pessoas racializadas com genitália feminina não foram imediatamente identificadas como mulheres. Foram, num primeiro momento, uma espécie animal não humano e, depois, um tipo de sub-humanidade abjeta⁴. Desse modo, o cisheteropatriarcado opera de maneira distinta, a depender das particularidades socio-históricas e da composição da população historicamente racializada, engendrando a divisão sociossexual e racial do trabalho, por mais que esses padrões coloniais não sejam mais reproduzidos dessa maneira, atualmente, o que torna sua análise mais complexa.

Por fim, a terceira dimensão considera que o cisheteropatriarcado é contraditório e místico. Embora o capitalismo materialize a conquista de um leque de direitos abstratos de origem liberal, sobretudo na seara do reconhecimento, o que inclui as pautas LGBTQIAPN+, esse mesmo sistema impõe os limites desses direitos. No capitalismo evidencia-se que a heterossexualidade compulsória e a normatização generificada (cisheteronormatividade) ganham atributos ideológicos de suma importância para a produção e reprodução do modelo familiar monogâmico e heterossexual: a forma mais barata e confiável para manter a reprodução biológica, geracional e social da força de trabalho. Isso corresponde a um projeto de sociedade e não se caracteriza como *cortina de fumaça*, como alguns segmentos da esquerda costumam dizer. Os direitos LGBTQIAPN+, nessa sociabilidade, portanto, são limitados pelo modelo heteronormativo (ou heterossexista), por mais que sejam direcionados a um casal de pessoas da mesma identidade sexual. Reitera-se que a ideologia não se apresenta apenas como uma dimensão do *mundo das ideias*, mas “materializa-se, corporifica-se. Neste sentido, a ideologia integra, de modo inerente, o ser social” (SAFFIOTTI, 2009, p. 7). Em síntese, embora o capitalismo garanta alguns direitos, sobretudo numa lógica de cidadãos e cidadãs consumidores/as, ele também impossibilita que certos grupos, como as populações transexuais e travestis, acessem esses mesmos direitos. São as reproduções das relações de opressão e dominação que fazem com que a população

representada pelo T no universo LGBTQIAPN+ seja a mais violentada. Isso sugere existir algum nível de permissibilidade, que tem a ver com a passabilidade de certos grupos.

Resumidamente, essas três dimensões constituem o aparato ideológico que conforma a totalidade da sociedade capitalista. Primeiro, por meio da necessidade do controle da reprodução biológica (a produção e reprodução da força de trabalho), garantida pela família heterossexual. Segundo, devido ao fato das relações generificadas no capitalismo serem racializadas, o que complexifica as determinações nas relações sociais aparentes no cotidiano, impactando de forma diferente as populações não brancas. Terceiro, a inclusão da população LGBTQIAPN+ no direito liberal não conforma, em hipótese alguma, algum sentido de emancipação humana e tampouco política, devido à operacionalidade da lógica de correspondência ao padrão heterossexista/heteronormativo, para *usufruírem* desses direitos.

Essas mediações fazem sentido quando se analisam os dados que comprovam que as travestis e pessoas trans corresponderam a 70% das mortes de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil, em 2020. Por mais que o capitalismo permita a existência e o reconhecimento de uma parte da população LGBTQIAPN+, as travestis e as pessoas trans (sobretudo as que não possuem passabilidade) jamais poderão usufruir desses direitos nessa sociabilidade, porque a existência dessas pessoas afronta diretamente a ideologia cisheteropatriarcal criada pelo próprio capitalismo. Até pode ocorrer a conquista de alguns direitos pontuais, em algumas sociedades de capitalismo central, mas na periferia do capitalismo, numa *democracia restrita*, não há condições econômicas, históricas e sociais de se alcançar direitos que de fato alterem a condição da totalidade da vida da população LGBTQIAPN+ (que escapem ao modelo heteronormativo). Isso faz da condição de vida das travestis e das pessoas transexuais a mais cruel que poderia haver, em qualquer das sociabilidades humanas já existentes. Assim, não se pode abdicar de uma profunda e radical crítica ao sistema capitalista no interior dos movimentos de luta pelo *reconhecimento* LGBTQIAPN+, principalmente num país como o Brasil⁵.

Evidentemente que tais mediações são tendências e não uma lei de ferro, pois não se quer reproduzir uma lógica determinista.

O fato de que a reprodução social é, e tem que ser desempenhada através de indivíduos corporificados envolvidos pelos imperativos do capitalismo, não significa que toda e qualquer forma de família é funcionalmente determinada. Tradições culturais e lutas sociais também irão moldar a variedade de arranjos familiares disponíveis. Mas, ao identificar o problema chave da necessidade sob o capitalismo de um local social que reproduz a força de trabalho biológica e socialmente, a análise de Vogel nos permite entender porque as sociedades capitalistas, não obstante sua vasta gama de histórias diversas, reproduziram repetidamente formas de família de dominação masculina. Da mesma maneira, ela também propõe uma forma de compreender porque as formas domésticas podem mudar de maneiras significativas, como com o crescimento do reconhecimento legal de casamentos e lares homoafetivos, assim como famílias chefiadas por mães solteiras ou pais solteiros sem que a opressão às mulheres seja eliminada. Por mais que as classes dominantes tenham resistido ao afrouxamento das normas de gênero e das morais sexuais, essas mudanças não minaram inerentemente a generificação das responsabilidades fundamentais de parto, amamentação e criação das crianças pequenas. (FERGUNSON; MCNALLY, 2017, p. 45).

Ademais, é importante destacar que, por mais que a família tenha sido eleita como o local privilegiado para a reprodução social da força de trabalho, o capitalismo não depende exclusivamente dela. Tanto o mercado, por meio de serviços pagos em torno da reprodução social - como restaurantes privados, contratação de trabalhadoras domésticas, educação e saúde privadas etc. - quanto o Estado, por meio de políticas sociais que envolvem restaurantes comunitários, creches, educação e saúde públicas, realizam também o trabalho de reprodução da força de trabalho. Em relação à reprodução biológica, para a reposição da força de trabalho, outros mecanismos podem ser acionados pelo capital, como a migração, prisão e escravidão.

Considerações finais

A proposta deste texto foi realizar um apanhado, ainda que não exaustivo, de grandes debates feministas e socialistas em torno das relações entre exploração, dominação e opressão, ou o que se convencionou tratar como pertencentes ao âmbito do *econômico* e do *cultural*, centrando a reflexão no quanto tais concepções de fundo impactam na leitura e na reação coletiva organizada para as questões atinentes às mulheres e à população LGBTQIAPN+. Porém, muito mais do que uma síntese de tais debates, o objetivo central foi perceber o quanto a Teoria da Reprodução Social, desde uma leitura dialética da totalidade social, pode ser capaz de fornecer importantes instrumentos para superar dualismos e leituras não integrativas da realidade social.

Entende-se, assim, que a construção da TRS/Teoria Unitária no Brasil⁶ vem sendo orientada pelos seguintes eixos:

- 1) rigor teórico-metodológico: unidade entre teoria-método marxiano, recorrendo à totalidade social como categoria imprescindível para apreender o capitalismo;
- 2) manuseio da crítica à teoria valor-trabalho de Marx, a partir d'O *Capital*;
- 3) unidade entre produção e reprodução social: a reprodução social da força de trabalho como condição *sine qua non* da reprodução societal, considerando as contradições que isso envolve;
- 4) aprofundamento da análise acerca das bases materiais da opressão às mulheres no capitalismo, sabendo que essa resposta é histórica e não teórica, como nos lembra Vogel, e embora as categorias de Marx nos ajudem a aprofundar a análise, não é o suficiente, dada a complexidade da realidade social;
- 5) a racialização das relações sociais generificadas do capitalismo não pode ser desconsiderada em nenhuma análise que se proponha a apreender os fenômenos sociais, pois, afinal, constitui a totalidade social. Sobretudo, quando se tem intenção de compreender realidades de capitalismo dependente, nas quais o racismo constitui histórica e profundamente a conformação social, marcada pela superexploração, desigualdade sociorracial abissal, segregação, déficit de direitos e atuação violenta do Estado. Tal realidade garante diferentes condições de reprodução social de franjas das classes trabalhadoras, fundamental para o processo de acumulação e concentração de capital;

- 6) importância de articular a sexualidade como uma dimensão que compõe as relações generificadas e racializadas capitalistas, ancoradas na existência do heterossexismo ou heteronormatividade que permite a reprodução das relações sociais da forma mais barata e confiável para o capital.

REFERÊNCIAS

- ARRUZZA, Cinzia. Rumo a uma “União queer” de marxismo e feminismo?. **Lutas Sociais**, n. 27, p. 159-170, 2011.
- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, p. 33-58, 2015.
- ARRUZZA, Cinzia. Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo. São Paulo, **Editora Usina**, 2019.
- ARRUZZA, Cinzia. Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios. Lisboa: **Edições Combate**, 2010.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. Teoría de la Reproducción Social. Elementos fundamentales para un feminismo marxista. **Archivos de historia del movimiento obrero y la izquierda**, n. 16, p. 37-69, 2020.
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso: 1 nov. 2023.
- BHATTACHARYA, Tithi. Como não passar por cima da classe: reprodução social do trabalho e a classe trabalhadora global. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão**. São Paulo: Elefante, 2023.
- BRETAS, Alécia Cruz. O heterossexismo é meramente cultural? Judith Butler e Nancy Fraser em diálogo. **Ideias**, v. 8, n. 1, p. 227-246, 2017.
- BUTLER, Judith. Meramente cultural. **Ideias**, v. 7, n. 2, p. 227-248, 2016.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza. O Neoliberalismo de Cooptação como Resposta às Resistências. 2020. **Esquerda Online**, Rio de Janeiro. 2020. disponível em <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/15/parte-ii-o-neoliberalismo-de-cooptacaocomo-resposta-as-resistencias/>. Acesso: 30 out. 2023.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Revista Mediações**, v.13, n.1-1, p. 121-142, Jan-Jun e Jul-Dez, 2008.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.
- FERREIRA, Guilherme Gomes. A classe nos une e a sexualidade nos divide? A noção de sujeito no marxismo e nos movimentos queer. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 10, p. 150-169, 2020.
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. **Revista outubro**, v. 29, p. 23-59, 2017.
- FONSECA, Rhaysa Ruas Sampaio. **Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Rio de Janeiro: UERJ, 2019. 227f.

- FRASER, Nancy. **Justiça interrompida**: Reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. Boitempo Editorial, 2022.
- FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.
- FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump - e além 1. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 43-64, 2018.
- GOMES, Ilse; COUTINHO, Joana A. Estado, movimentos sociais e ONGs na era do neoliberalismo. **Espaço Acadêmico**, v. 8, n. 89, 2008.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Luiz Reppa. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- LENIN, V. As tarefas do movimento operário feminino na República dos Soviets. 1919. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/09/25.htm>>. Acesso: 31 out. 2023.
- MACHADO, Bárbara Araújo; MANO, Maíra Kubík Taveira. Feminismos anticapitalistas contra a precarização da vida. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, 2023.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MCNALLY, David. Interseções e dialética: reconstruções críticas na teoria da reprodução social. In: BHATTACHARYA, Tithi (org.). **Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão**. São Paulo: Elefante, 2023.
- OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Serviço Social, Classe, Gênero e Raça**: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.
- PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. Cortez Editora, 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil**, p. 13-19, 2009.
- VOGEL, Lise. **Marxismo e a Opressão às mulheres**: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

Notas

¹ Doutora em Sociologia. Professora Adjunta na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/Bahia). Integrante do Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social (GE-TRS) <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7534263257506461>. Compõe a Coordenação do GT Gênero e Sexualidade do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9762969690735905>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1365-560X>. E-mail: carlabenitez@unilab.edu.br.

² Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Integrante do Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social (GE-TRS) <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7534263257506461>. Compõe a Coordenação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão e Resistências de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Currículo Lattes: <https://c88d.short.gy/66k7KS> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1987-7959>. E-mail: rayane.noronha.oli@gmail.com

³ A definição em torno do jogo de palavras *classe sem gênero, gênero como classe e gênero sem a classe* está presente no livro de Cinzia Arruzza "Ligações Perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo" São Paulo, Usina, 2019, entre as páginas 98 e 123.

⁴ Exemplifica-se essa realidade com o caso da Sarah Baartman, cujos restos mortais foram repatriados em 2002, após o pedido de Nelson Mandela, em 1994.

⁵ De acordo com o Grupo Gay da Bahia, “Em 2022, o Brasil assassinou um LGBT I+ a cada 32 horas. E o cenário geral de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres e homens trans, pessoas transmasculinas, não binárias e demais dissidências sexuais e de gênero pouco mudou em relação a medidas efetivas de enfrentamento da LGBTIfobia por parte do Estado.” Foram “228 homicídios, representando 83,52% do total, 30 suicídios, que corresponderam a 10,99% dos casos e outras 15 mortes, 5,49% dos casos.” As travestis e mulheres trans lideram o ranking de mortes, com 159 casos. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2022/>>. Acesso: 6.nov. 2023.

⁶ Embora tenhamos referenciado em sua grande maioria autoras e autores não brasileiros, afirmamos tais eixos ancorados na participação do Grupo de Estudos sobre a Teoria da Reprodução Social registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) disponível no endereço <<https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7534263257506461>>. Acesso em 11.dez.2023.

Recebido em: 08 de nov. 2023
Aprovado em: 26 de dez. 2023